

Crimes equiparados a hediondos

Tráfico

Tortura

Terrorismo

*** cuidado para não identificar um delito equiparado a hediondo como se fosse delito hediondo propriamente dito.

Tráfico de drogas

Não são TODAS as condutas previstas na lei nº 11.343/2006 que são equiparadas a crime hediondo.

STF: apenas os **artigos 33, 33 §1º, 34 e 36 da lei n. 11.343/2006** são considerados equiparados a crimes hediondos!

Art. 112, § 5º, da Lei de execução penal (LEP)

§ 5º **Não se considera hediondo ou equiparado**, para os fins deste artigo, o crime de tráfico de drogas previsto no § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

(CESPE / CEBRASPE – PCAL – delegado de polícia – 2023)

24 - A respeito do tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes, de crime organizado, dos crimes de tortura e dos crimes hediondos, julgue o item que se segue.

Equipara-se a crime hediondo o tráfico ilícito de drogas na forma privilegiada.

(VUNESP - PC SP - Escrivão de Polícia - 2022)

25 - A respeito da Lei dos Crimes Hediondos, assinale a

- a) O crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e de uso proibido é equiparado a hediondo.
- b) O homicídio, previsto art. 121 do Código Penal, se praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um único agente, é considerado crime hediondo.
- c) Os crimes considerados hediondos são insuscetíveis de graça, anistia, fiança e liberdade provisória.
- d) O roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca é considerado crime hediondo.
- e) São considerados hediondos apenas os crimes consumados, excluídos os tentados.

Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo **são insuscetíveis de:**

I - anistia, graça e indulto;

II - fiança.

§ 1º A pena por crime previsto neste artigo **será cumprida inicialmente em regime fechado.**

§ 3º Em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade.

§ 4º A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei no 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, **terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.**

- Crimes hediondos **não são imprescritíveis;** a Constituição Federal determina quais são os crimes imprescritíveis: crimes de racismo (art. 5º, XLII; Lei 7.716/89) e os referentes à ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (art. 5º, XLIV)
- **Inafiançáveis: não cabe fiança,** mas cabe liberdade provisória com outras medidas cautelares diversas da prisão fixadas (STF; arts. 310, II, e 319, CPP);

(CESPE / CEBRASPE – DPE-DF – analista de apoio à assistência judiciária – 2023)

26 - No intuito de se apropriar de joias e dólares, Raí, réu primário e sem antecedentes, ameaçou a vítima e a manteve sob sua vigilância até conseguir arrombar o cofre da residência dela. Após a regular tramitação processual, a condenação de Raí transitou em julgado. A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

A conduta de Raí caracteriza o crime de extorsão mediante sequestro, que, por ser classificado como hediondo, é imprescritível.

(IGEDUC - 2024 - Prefeitura de Camaragibe - PE - Guarda Municipal)

27 - Julgue o item a seguir.

Conforme o Artigo 2º, § 1º, a Lei dos Crimes Hediondos (Lei Federal nº 8.072/1990) veda a concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, aos acusados de crimes hediondos. Isso significa que, enquanto aguardam julgamento, os indivíduos acusados desses crimes devem permanecer presos preventivamente. Essa disposição é projetada para garantir que os acusados de crimes de extrema gravidade não tenham a oportunidade de fugir, influenciar testemunhas ou continuar a cometer crimes enquanto aguardam julgamento.

(CESPE / CEBRASPE – Prefeitura SP – guarda municipal – 2023)

28 - Acerca dos crimes hediondos, assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 8.072/1990.

- a) A pena por crime hediondo deve ser cumprida integralmente em regime fechado.
- b) Não há crime hediondo tentado.
- c) A configuração do crime hediondo requer a presença de violência real.
- d) Os crimes hediondos são inafiançáveis.

(IDECAN - 2023 - Prefeitura de Maracanaú - CE - Guarda Civil Municipal)

29 - Francisco de Assis, policial, foi preso em flagrante em razão da prática de tortura. Em busca da liberdade provisória, o seu advogado ofereceu, na Delegacia, R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a título de fiança. Nesse caso, é possível afirmar que

- a) a lei de crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990) determina que Francisco de Assis fique preso até o trânsito em julgado.
- b) não era necessário o oferecimento da fiança, pois a lei de crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990) determina que a prisão em flagrante seja convertida em prisão temporária com prazo de 30 (trinta) dias.
- c) a fiança, nos crimes hediondos e a eles equiparados, não pode ser em dinheiro, e sim no oferecimento de restrições domiciliares à liberdade de locomoção.
- d) a lei de crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990) não permite que o delegado conceda a fiança requerida para Francisco de Assis.

(CESPE / CEBRASPE - 2024 - Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim - ES - Guarda Municipal)
30 - Com base nas Leis n.º 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), n.º 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos), n.º 9.455/1997 (Lei de Tortura) e n.º 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), julgue o item a seguir.

Se uma pessoa for ré em processo criminal por ter praticado suposto crime considerado hediondo, a ela será insuscetível a concessão de fiança, mas, na sentença condenatória, o juiz decidirá, de forma fundamentada, se o réu poderá apelar em liberdade.

§ 1º A pena por crime previsto neste artigo **será cumprida inicialmente em regime fechado.**

Tema 972 - É inconstitucional a fixação *ex lege*, com base no art. 2º, § 1º, da Lei 8.072/1990, do regime inicial fechado, devendo o julgador, quando da condenação, ater-se aos parâmetros previstos no artigo 33 do Código Penal. (ARE 1052700 RG, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, julgado em 02.11.2017)

Súmula 718: A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.

Súmula 719: A imposição de regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea.

(INSTITUTO AOCP - 2024 - TRF - 2ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária - Sem Especialidade)

31 - É constitucional a fixação, com base no Art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/1990, do regime inicial fechado, dispensando-se a análise dos parâmetros previstos no Art. 33 do Código Penal.

(INSTITUTO AOCP - Governo do Distrito Federal - Policial Penal - 2022)

32 - Segundo entendimento do STF, é inconstitucional a fixação de regime inicial fechado com base unicamente na hediondez do delito.

(IVIN - 2024 - Prefeitura de Curuçá - PA - Agente Municipal de Trânsito)

33 - Flechinha foi preso por agentes de segurança pública pela prática de tentativa de realizar comércio ilegal de armas de fogo. De acordo com as disposições da Lei nº 8.072/1990, assinale a alternativa correta.

- a) O crime cometido por flechinha não é considerado hediondo, por ter sido tentado.
- b) Flechinha pode ser beneficiado por fiança, por ter sido crime tentado.
- c) Caso condenado, a pena de Flechinha pelo crime descrito deverá ser cumprida integralmente em regime fechado.
- d) Caso condenado, por ser crime hediondo, Flechinha não poderá, em hipótese alguma, apelar em liberdade.
- e) Flechinha não pode ser beneficiado por graça, anistia, indulto ou fiança.